

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**HELTON LUCIAN COLERE TANAJURA**

**ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO E O PAPEL DA GESTÃO  
FRENTE ÀS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS**

**CURITIBA  
2015**

**HELTON LUCIAN COLERE TANAJURA**

**ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO E O PAPEL DA GESTÃO  
FRENTE ÀS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS**

Trabalho apresentado como requisito parcial à obtenção do grau de Especialista em Educação das Relações Étnico-Raciais no curso de pós-graduação da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Profa. Ms. Thaís Regina de Carvalho

**CURITIBA  
2015**

*Á minha esposa, toda a minha família e  
principalmente a Deus.*

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de agradecer a minha família, principalmente, minha esposa Evelise Gaio Tanajura e minha irmã Taiza C. Klemba, que sempre me apoiaram e incentivaram nos obstáculos para a realização deste curso de pós-graduação. Meu muito obrigado para minha professora orientadora Thaís Carvalho, sua dedicação foi essencial.

*Sempre que você estiver em dúvida (...) aplique o seguinte teste. Lembre-se do rosto do homem mais pobre e mais fraco que você já tenha visto e pergunte a si mesmo se o passo que você pretende dar será de alguma utilidade para ele. Ele ganhará alguma coisa com isso? Recuperará algum controle sobre sua própria vida e seu próprio destino?*  
*Mahatma Gandhi.*

## RESUMO

A presente monografia tem por objetivo demonstrar o papel do gestor escolar frente a lei 10639/03, bem como analisar as possibilidades de gestão democrática, apresentar como se dá a Organização do Trabalho Pedagógico (OTP) e qual é a sua função frente à presença da educação das relações étnico-raciais em uma escola da rede municipal de educação de Pinhais/PR. Buscamos evidenciar a devida importância da OTP, além de suas ações, as quais podem ser realizadas para que haja a inserção da diversidade étnico-racial nas unidades educativas. Ao longo do trabalho contextualizaremos a criação da Lei 10639/03, sua aplicabilidade e o papel da gestão. Partiremos da concepção de gestão enquanto impulsionadora das ações educacionais, a qual pode proporcionar espaços de trocas e maior possibilidade de valorização das diversas culturas, pois para que haja projetos e ações que promovam a temática, é preciso que a Gestão Escolar possibilite momentos de decisão coletiva e democrática que conte com a participação dos profissionais da escola, comunidade escolar e alunos, permitindo que cada um se comprometa em realizar ações. O estudo está dividido em 3 (três) etapas, em primeiro momento, uma discussão baseada nos referenciais teóricos com intuito de subsidiar a construção do instrumento de pesquisa e as análises dos dados coletados. Em seguida, procurou-se realizar uma investigação teórica a fim de justificar a temática escolhida para ser abordada no questionário, no terceiro momento realizou-se a análise das respostas, fundamentada na pesquisa teórica realizada. A partir das informações coletadas foi possível observar que temos uma grande ausência de formação voltada para educação das relações étnico-raciais, diversidade cultural, podendo ser apontada como uma das justificativas para muitas vezes os gestores e professores apresentarem dificuldades com a temática. Pretendemos com esse estudo contribuir com os debates que enfatizam a gestão escolar e a educação das relações étnico-raciais.

**Palavras-chave:** Organização do Trabalho Pedagógico, Relações étnico-raciais, Gestão Democrática.

## ABSTRACT

This monograph aims to demonstrate the role of the school manager face to law 10639/03, as well as examine the possibilities of democratic management, present how is the Educational Labor Organization (OTP) and what is in front of function to the presence of education of ethnic-racial relations a school municipal Pinhais/PR education. We seek to highlight the importance of proper OTP, as well as their actions, which may be carried out so that there is the inclusion of ethnic and racial diversity in educational units. Throughout the work contextualizaremos the creation of Law 10639/03, its applicability and the role of management. Start from the design management while driving of educational activities, which can provide spaces for exchanges and greater possibility of appreciation of different cultures because so there projects and activities that promote the theme, it is necessary that the School Management allows moments of collective decision and that democratic with the participation of school personnel, students and school community, allowing each to commit to take action. The study is divided into three (3) steps, at first, a discussion based on theoretical references aiming to subsidize the construction of the survey instrument and analysis of collected data. Then, we tried to carry out a theoretical research in order to justify the theme chosen to be addressed in the questionnaire, the third time was held on analysis of the responses, based on theoretical survey. From the information collected was possible to observe that we have a lack of training focused on education of ethnic-racial relations, cultural diversity and can be considered one of the justifications for often managers and teachers to present difficulties to the theme. We intend this study to contribute to the debates that emphasize the school management and the education of ethnic-racial relations.

**Keywords:** Pedagogical Work Organization, ethnic-racial relations, Democratic Management.

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

<b>QUADRO 1 – PESQUISA SOBRE: IDADE, TEMPO QUE ATUA COMO DOCENTE, TEMPO QUE ATUA NA ESCOLA E FORMAÇÃO.....</b>	<b>27.</b>
--	------------



## **LISTA DE ABREVEATURAS E SIGLAS**

**DCN's** – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais

**IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**OTP** – Organização do Trabalho Pedagógico

**PCN's** - Parâmetros Curriculares Nacionais

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>Capítulo I - RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS PRESENTES NAS ESCOLAS...</b>	<b>9</b>
1.1 Criação Da Lei 10.639/03.....	9
1.2 Discussões frente a lei 10.639.....	13
1.3 Aplicabilidade da lei, questionamentos.....	15
<b>Capítulo II – GESTÃO ESCOLAR E ERER.....</b>	<b>19</b>
2.1-Organização do trabalho pedagógico e cultura organizacional.....	19
2.2 Pesquisa de Campo .....	25
<b>Considerações finais.....</b>	<b>32</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>34</b>

## INTRODUÇÃO

Com aproximadamente sete anos de trabalhos realizados em sala de aula, na disciplina de Geografia, comecei a desconfiar que nem todos/as os/as professores/as das escolas ao qual já havia trabalhado aplicavam a lei 10.639/03. Nem mesmo eu (que sempre tentei ser coerente na aplicabilidade dos conteúdos) seguia corretamente as orientações das Diretrizes da minha disciplina e das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e ensino de história e cultura africana e afro-brasileira (DCN's - EREER). Então, comecei a perceber que além de vários outros fatores, um dos motivos para os/as professores/as deixarem de lado as questões étnico-raciais era a falta de fiscalização, solicitação, envolvimento, exigência da organização do trabalho pedagógico (OTP) e principalmente da gestão escolar. Comecei a refletir, que os resultados da referida lei só virão em um trabalho compartilhado entre professor/a, ações pedagógicas e administrativas. Há então a necessidade de uma ação estruturada, racional e coordenada que proponha meios, estratégias e saberes que possibilitem concretizar a implementação da lei.

Tais questões suscitaram o interesse em estudar sobre aspectos educacionais, principalmente, no que se refere às relações étnico-raciais, com foco na "Organização do Trabalho Pedagógico e o papel da Gestão frente à essas questões, já que em acordo com minhas vivências e relatos de pesquisas muitas vezes as ações que contemplam a OTP de uma escola deixam de mencionar e abordar o tema das relações étnico-raciais. Sob esse prisma, surgiu a seguinte indagação: Qual é o papel do/a gestor/a frente às relações étnico-raciais dentro da escola? A partir desse questionamento, o objetivo da presente monografia é apresentar um estudo de como se dá a Organização do Trabalho Pedagógico (OTP) em uma escola da rede municipal de educação de Pinhais/PR, bem como qual é a sua função no processo de inserção da educação das relações étnico-raciais presentes no cotidiano educacional, com foco principal na atuação da gestão escolar.

Para realizar a pesquisa elaboramos um roteiro com perguntas abertas e fechadas, a fim de obter a opinião de 3 (três) professores/as da rede municipal de Pinhais/PR e um/a Gestor/a, no que diz respeito à OTP e a educação das relações étnico-raciais na escola em que atuam. Através do método de entrevista, definida por Haguette (1997, *apud* BONI;QUARESMA, 2005 p. 72) como um: "processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por

objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado”. Tem-se em vista que com o instrumento utilizado, pode-se, numa pergunta obter-se mais que o esperado, uma vez que o/a entrevistador/a pode retirar mais informações do/a entrevistado/a.

Busca-se realizar a entrevista a fim de compreender melhor e familiarizar-se com o assunto abordado, como nos aponta Gil (2002, *apud* CAMILOTI e ZANG, 2012) “estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses”. Após a obtenção da entrevista, foi realizada uma análise com as investigações e teorias, sobre cada resposta obtida.

Por fim, comparamos as três (3) respostas obtidas sobre cada pergunta lançada, a fim de analisar como se dá a visão dos/as professores/as entrevistados/as comparando-as com a visão dos/as autores/as pesquisados/as, para então buscar compreender como realmente ocorre a intervenção da Organização do Trabalho Pedagógico nas ações que envolvem a educação das relações étnico-raciais presentes na escola, bem como na própria sociedade.

Para ampliar as informações foi aplicado um questionário com uma gestora, com intuito de realizar um cruzamento de informações e aprimorar a pesquisa. Para a fundamentação teórica, buscamos autores que tratem das temáticas abordadas, como Libâneo (2001) que vem nos trazer o conceito de organização da escola, bem como Teixeira (2002) que aponta sua posição sobre a mesma temática. Buscamos ainda, na Legislação o que é mencionado sobre a educação das relações étnico-raciais nas escolas, bem como autores/as que abordem a discussão a respeito da educação e relações étnico-raciais, das Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura africana e afro brasileira, entre outros assuntos que contemplem a temática.

Sendo assim, o presente trabalho está subdividido em dois capítulos. No capítulo I trabalharemos a criação da lei e seus contextos e no segundo capítulo será analisado o papel da gestão escolar frente a lei 10639/03, a qual altera o artigo 26-A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação e torna obrigatório o ensino de história e cultura africana e afro brasileira em todas as unidades de ensino.

## **CAPÍTULO I - RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS PRESENTES NAS ESCOLAS**

Neste capítulo serão abordadas reflexões frente a construção da Lei 10.639/03, bem com suas críticas, seus contextos históricos, a militância para que a lei fosse aprovada, objetivos e principalmente a sua aplicabilidade. A abordagem tem como finalidade a análise da Lei nº. 10.639/03, de 09 de janeiro de 2003, e as perspectivas apontadas pela lei no que se refere ao ensino de história e cultura africana e afro brasileira. A fundamentação teórica nos proporciona uma reflexão sobre as heranças de uma sociedade escravista, e este trabalho visa lançar luz sobre algumas questões para o debate na esfera educacional na expectativa de superação, em sala de aula, dos vestígios de uma sociedade com uma grande dívida para com a população descendente dos sujeitos escravizados. Busca-se nesta pequena discussão uma fundamentação que demonstre a lei 10.639/03, enquanto fruto de mudanças e lutas de diversos setores da sociedade, em prol de uma educação de qualidade, que contemple todos os sujeitos.

### **1.1 CRIAÇÃO DA LEI 10.639/03**

O processo de discussão para o efetivo trabalho pedagógico e curricular da história e cultura africana e afro-brasileira e sobre a educação das relações étnico-raciais tem uma trajetória muito árdua no território brasileiro. Segundo Silva (2013), o deputado Abdias Nascimento criou o projeto de lei 1.332 de 1983 que dispunha sobre uma ação compensatória visando a implementação da isonomia social do negro<sup>1</sup>. Segundo Nascimento (1982),

O supremacismo branco no Brasil criou instrumentos de dominação racial muito sutis e sofisticados para mascarar esse processo genocida. O mais efetivo deles se constitui no mito da "democracia racial". Aqui temos talvez a mais importante diferença entre os sistemas de dominação anglo-americano e luso (ou hispano) americano. O mito da "democracia racial" mantém uma fachada despistadora que oculta e disfarça a realidade de um racismo tão violento e destrutivo quanto aquele dos Estados Unidos ou da África do Sul. É este racismo que a Comissão do Negro haverá de investigar e combater através do esclarecimento da opinião pública e de propostas legislativas. Não se resolve problemas utilizando-se do método do avestruz: o método de ignorar a realidade concreta metendo a cabeça na areia. Somente construiremos uma efetiva e democrática igualdade étnica em nosso País, recusando a cumplicidade com a mentira e os falsos valores, e desvelando o rosto da verdade racial que preside nossas relações sociais." Projeto de lei 1332, 1983. (NASCIMENTO, 1982, p. 28).

---

<sup>1</sup> A partir desse momento passaremos a utilizar o genérico masculino.

Percebemos assim, que a marcha para a concretização do trabalho das relações étnico-raciais é algo que começa com a abolição da escravidão no final do século XIX, e percorre todo o século XX e em 1983, em meados do fim da ditadura, surgem as seguintes reivindicações no congresso nacional,

Art. 8º Ministério da Educação e Cultura, bem como as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, conjuntamente com representantes das entidades negras e com intelectuais negros comprovadamente engajados no estudo das matérias, estudarão e implementarão modificações nos currículos escolares e acadêmicos em todos os níveis (primário, secundário, superior e de pós-graduação) no sentido de:

I - Incorporar ao conteúdo dos cursos de História Brasileira o ensino das contribuições positivas dos africanos e seus descendentes à civilização brasileira, sua resistência contra a escravidão, sua organização e ação (a nível social, econômica e político) através dos quilombos, sua luta contra o racismo no período pós-abolição;

II - Incorporar ao conteúdo dos cursos sobre História Geral o ensino das contribuições positivas das civilizações africanas, particularmente seus avanços tecnológicos e culturais antes da invasão europeia do continente africano;

III - Incorporar ao conteúdo dos cursos optativos de estudos religiosos o ensino dos conceitos espirituais, filosóficos e epistemológicos das religiões de origem africana (candomblé, umbanda, macumba, xangô, tambor de minas, batuque, etc.);

IV - Eliminar de todos os currículos referências aos africanos como "um povo apto para a escravidão", "submisso" e outras qualificações pejorativas;

V - Eliminar a utilização de cartilhas ou livros escolares que apresentem o negro de forma preconceituosa ou estereotipada;

VI - Incorporar Material de ensino primário e secundário a apresentação gráfica da família negra de maneira que a criança negra venha a se ver, a si mesma e à sua família, retratadas de maneira igualmente positiva àquela em que se vê retratada a criança branca;

VII - Agregar ao ensino das línguas estrangeiras europeias, em todos os níveis em que estas são ensinadas, o ensino de línguas africanas (yoruba ou Kriwahili) em regime opcional;

VIII - Incentivar e apoiar a criação de Departamentos, Centro ou Instituto de Estudos e/ou Pesquisas Africanos e Afro-Brasileiros, como parte integral e normal da estrutura universitária, particularmente nas universidades federais e estaduais. (NASCIMENTO, 1983, p.153).

Em meio a tais questões e após movimentos e lutas, no dia 09 de janeiro de 2003 foi sancionada a Lei 10.639/03 que tornou obrigatório o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio das redes públicas e particulares do país. Algo de muita discussão e militância. A partir de então, a cultura africana e afro-brasileira que forma e sustenta a sociedade brasileira e que por muito tempo, infelizmente, foi invisibilizada no campo educacional e acadêmico, através de uma lei tem assegurado a abordagem dos negros, da história e cultura africana a sua enorme participação na construção e desenvolvimento da sociedade brasileira.

Infelizmente a lei não foi totalmente “aceita” pelos intelectuais brasileiros, alguns críticos, inclusive, afirmaram que a lei além de ser autoritária, age contra a autonomia da escola, bem como Mello (2003) que acredita possuímos uma mentalidade de achar que currículo escolar se faz por legislação.

Basta escrever uma lei e ela será aplicada. Currículo é assunto pedagógico se não for assim, vira uma árvore de natal. Cada um quer pendurar o que acha importante e sugere o ensino da arte, sociologia, filosofia, mas ninguém lembra de pensar em um currículo harmônico. (MELLO, 2003, p.78).

Concordamos com as contribuições de Mello (2003) sobre a importância de um currículo harmônico, porém em meio ao mito da democracia e as diferentes formas de silenciamentos perante as relações étnico-raciais e a história e cultura africana e afro brasileira destacamos a importância da existência da lei 10.639/03. Conforme os apontamentos de Gomes (2008),

Se entendemos que conhecer a nossa história e herança africana faz parte do processo de formação dos sujeitos sociais e se reconhecemos que uma parte significativa da nossa formação histórica e cultural referente à África e à cultura afro-brasileira não tem sido trabalhada a contento pela escola, só poderemos confirmar a importância da inclusão dessa discussão no currículo escolar, mesmo que seja por força da lei. (GOMES, 2008, p. 71).

A Lei 10.639/03 é atualmente uma normativa extremamente relevante para o combate ao racismo e para superação da invisibilidade do negro na sociedade. Muitas vezes no processo de ensino–aprendizagem as questões que se referem às relações étnico-raciais passam despercebidas. Obviamente a lei foi criada para legitimar algo que já deveria estar acontecendo em nossa educação, ela busca desmistificar a democracia racial brasileira e impõe uma reflexão aos educadores sobre a formação da sociedade brasileira promovendo um novo olhar sobre o continente africano e o nosso país propriamente dito.

O racismo na escola brasileira se forma de maneira naturalizada, manifestando-se de diferentes maneiras. Esse conjunto de ações discriminatórias acaba gerando um racismo educacional. O racismo educacional, motivados por atitudes racistas, compreende toda forma de preconceito e discriminação presentes no âmbito escolar. Trata-se de um processo excludente que define o percurso educativo dos estudantes negros. O Plano Nacional de Implementação das DCN's para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2009) destaca que,

As desigualdades percebidas nas trajetórias educacionais das crianças e dos jovens negros nos diferentes níveis de ensino, bem como as práticas institucionais discriminatórias e preconceituosas determinam percursos educativos muito distintos entre negros e brancos. (BRASIL, 2009, p.47).

Conforme expomos anteriormente, a Lei 10.639/03 foi elaborada através de muitas lutas e debates de militantes, educadores, população negra e defensores das questões étnico-raciais, tornando-se uma conquista e um avanço para a política educacional brasileira. Atualmente segundo o censo realizado no ano de 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população autodeclarada preta e parda, corresponde a 51% da população brasileira, todavia algumas práticas de representações que contemplam apenas determinados grupos, ainda, são evidentes, já que a partir de 2004, após a criação da lei,

Chega-se à conclusão, que os autores dos livros didáticos, como representantes da branquidade silenciam sobre a existência de outros grupos, é como se não lembrassem, não os conhecessem, não soubessem de sua existência, ou melhor, quanto menos se fala sobre o outro, menos nos lembramos do outro. (SILVA, 2008, p.15).

Infelizmente, no século passado, na maioria dos casos, não tivemos no processo formativo dos educadores preocupações referentes às questões da educação das relações étnico-raciais. A lei vem para legitimar a importância da oferta com qualidade de formação dos professores, desconstruir mitos da inferioridade do negro e contrapor as ideias que sustentam a ideologia de dominação racial, pois “o silêncio, ao ser, falado, destrói o discurso que o silenciava” (Chauí, 1980, p.25). A lei 10639/03 trouxe a obrigatoriedade do ensino de História da África e da cultura afro-brasileira se tornando importante na quebra do silêncio perante as relações raciais no Brasil.

Apesar dos seus limites, Goiz (2003) cita que a mesma poderá se construir em um mecanismo importante para a constituição de novas relações raciais e sociais na sociedade brasileira. Neste sentido, parece ser fundamental uma opção metodológica no processo de implementação da nova legislação. Mais que do que valorizar o negro, a lei 10639/03 deve atuar no sentido de desconstruir mecanismos ideológicos que dão sustentabilidade aos mitos da inferioridade do negro e da democracia racial. Da mesma maneira, a lei 11.645/2008 atua de modo a ampliar o que se concebe como educação das relações étnico-raciais, desconstruindo a compreensão generalizada sobre os povos indígenas no Brasil e fortalecendo os movimentos organizados. Esse entendimento parece ser fundamental para o êxito da nova legislação, na perspectiva



de transformação das estruturas de produção e reprodução das desigualdades sociais e étnico-raciais do país.

Assim posto, os conhecimentos relacionados à cultura e a história da África e dos afro-brasileiros poderão atuar no sentido de se contrapor as ideias que fundamentaram a ideologia de dominação racial.

## **1.2 DISCUSSÕES FRENTE À LEI 10.639/03**

A discussão se a referida lei tem contribuído no combate ao racismo, especialmente, na escola é alvo de grandes polêmicas no ambiente acadêmico, principalmente, devido aos impasses e possibilidades no seu processo de implementação. Lembrando que a Lei 10.639/2003 propõe o resgate dos valores históricos, sociais e antropológicos, na perspectiva de favorecer rupturas com práticas eurocêntricas e combater o racismo e a discriminação, como já mencionado, esta luta é histórica incisivamente na educação (GOMES, 2003, p. 54).

Concebemos que a proposição da Lei 10.639/2003, integrante de um conjunto de Políticas Públicas de Ações Afirmativas, é combater o racismo e a discriminação, reparando erros históricos cometidos e silenciados durante séculos na sociedade brasileira. Esse marco legal altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História da África, Cultura Afro Brasileira e Africana nas Instituições de Ensino Fundamental e Médio, oficiais e particulares. (BRASIL, 2003, p. 48.).

Ainda para uma parcela de nossa sociedade, a participação da população negra em nosso território foi unicamente como elemento escravizado, sem mais. Conforme, Gomes (2004) a escola vive um dilema entre o papel que tem desempenhado na manutenção do racismo institucional e na função de protagonista na promoção de uma educação antirracista, se observarmos que a partir da efetivação da Lei 10.639/2003 as escolas começam a assumir, mesmo em contradição um papel primordial dessa nova ideia e concepção sobre os negros como um meio de alteração de contexto. Tal afirmação suscita uma reflexão acerca do papel da gestão escolar na materialização dessa política e frente ao racismo implícito e suas formas de invisibilidade, concebendo a ideia do duplo papel desempenhado pela escola, na manutenção ou superação do racismo no ambiente escolar. (CHIAVENATO, 1997, p. 43).

Segundo Marçal (2011), em 1950 em um estudo encomendado pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), o

sociólogo Florestan Fernandes estuda as relações sociais “harmoniosas no Brasil”. O resultado da pesquisa contrariou as expectativas, pois se descobriu que existia uma supremacia branca no Brasil e uma polidez “cerimoniosa”, como descreveu Fernandez, de tal forma que a harmonia não passava de uma tolerância dos brancos em relação aos negros. A suposta harmonia não correspondia a uma igualdade de fato entre negros e brancos.

Em 1970, segundo alguns autores como Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle Silva, os estudos de desigualdade racial focaram dentro das relações econômicas. Segundo Marçal (2011), esses estudos tinham como centralidade evidenciar como a categoria “raça” operava no mercado de trabalho e na sociedade brasileira. Hanchard (2001) afirma que a hegemonia no Brasil foi compreendida como uma superioridade moral e intelectual dos brancos conquistada e mantida através do “consentimento” dos negros.

Com uma grande leva de autores no último século contextualizando a desigualdade social e construindo uma apropriação pelo movimento social negro, começou a se pensar e a se produzir cientificidade no que se refere à desigualdade racial. Marçal (2011) cita que Fernandes, Hasenbalg, parecem ter subsidiado a luta antirracista no Brasil buscando a luta pela denúncia e combate ao racismo e a luta pela promoção da igualdade racial. O movimento negro foi fundamental neste processo, pois,

A repercussão nacional do ato público nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, em 1978, possibilitou a criação de muitas organizações em diferentes estados do país e acabou sendo responsável pela difusão da noção de "movimento negro" como designação genérica para as diversas entidades e ações a partir daquele momento bastante evidente do trabalho de disputa pela memória nacional, que culminou com a inscrição do nome de Zumbi no livro dos heróis da pátria, em 20 de novembro de 1996. (ALBERTI, 2008, p.1).

Após a homologação da Lei 10639/03, o Conselho Nacional de Educação através da Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004, estabelece as Diretrizes Nacionais Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico- Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (DCN's ERER), dentre essas, destacamos a disposição que traz apontamentos sobre a função da gestão escolar juntamente à equipe pedagógica,

Art. 3º A Educação das Relações Étnico-Raciais e o estudo de História e Cultura Afro-Brasileira, e História e Cultura Africana será desenvolvida por

meio de conteúdos, competências, atitudes e valores, a serem estabelecidos pelas Instituições de ensino e seus professores, com o apoio e supervisão dos sistemas de ensino, entidades mantenedoras e coordenações pedagógicas, atendidas as indicações, recomendações e diretrizes explicitadas no Parecer CNE/CP 003/2004. [...]

**§ 2º As coordenações pedagógicas promoverão o aprofundamento de estudos, para que os professores concebam e desenvolvam unidades de estudos, projetos e programas, abrangendo os diferentes componentes curriculares.** (BRASIL/CNE/CP - Resolução 01/2004,p. 2, grifos nossos).

Sob esta perspectiva é possível notar que as DCN's ERER estabelecem funções aos gestores escolares e equipe pedagógica no que diz respeito à educação das Relações Étnico-Raciais, sendo estabelecida a função de desenvolver ações voltadas para esta temática e relacionando-as com os componentes do currículo escolar. Cabe à gestão escolar coordenar e atender essas necessidades expostas pelas DCN's ERER.

O espaço escolar é múltiplo e representa um local privilegiado para interações e para os aprendizados das diferenças. A escola é o ambiente onde se encontram diferentes crianças, adolescentes e adultos, Lopes (2014) afirma que a escola é um local onde podem acontecer diferentes conflitos, reforçados diante de possíveis outras diferenças, sejam elas culturais, geracionais, de classe, das sexualidades, dos pertencimentos étnico-raciais, das religiosidades, entre outras. Ancorados nessa discussão, a presente monografia discutirá o papel da gestão frente às relações étnico-raciais.

### **1.3 APLICABILIDADE DA LEI: BREVES APONTAMENTOS**

Há mais de dez anos os alunos têm assegurado por lei o ensino dos conhecimentos sobre história e cultura afro-brasileira e africana, algo que outras gerações não tiveram, passaram por um vazio dessa temática no currículo escolar. O que se espera desses alunos, que estão tendo contato com esse conteúdo é que possam contribuir de forma mais efetiva para um Brasil democrático, pautado no respeito à diversidade. Conforme estudos, a forma como o negro e o Continente Africano foram abordados nas escolas, até então, foi muitas vezes responsável pela evasão escolar de alunos e alunas negros vítimas de racismo institucional, representações estereotipadas e estigmatizadas nos livros didáticos e, portanto, com dificuldades de valorizar sua própria identidade.

(...) A Lei é inovadora, porém é preciso que ela seja efetivamente implementada, e que sejam definidos os conteúdos a serem trabalhados pelos professores. A África é um continente com 56 países com diversas ilhas não explicita qual África ensinar. Porém de acordo com Munanga, se não fosse a força legislativa, ninguém se mobilizaria para discutir a questão. (GONÇALVES, 2010, p. 62)

Atrelada à elaboração de leis dessa filosofia, é importante uma mudança colossal tendo como meta a revisão dos currículos e materiais pedagógicos em todos os níveis de ensino, principalmente, dos livros didáticos no que tange a criação da lei 10.639/03 e a sociedade, população, e questões culturais/políticas do povo negro, incluindo nas discussões toda comunidade escolar,

(...) a educação das relações étnico-raciais impõe aprendizagens entre brancos e negros, trocas de conhecimentos, quebra de desconfianças, projeto conjunto para construção de uma sociedade, justa, igual, equânime. (BRASIL, 2004, p. 6).

Nessa direção, cabe contextualizar que dentro desse processo há a necessidade urgente de diretrizes, para uma ampliação na formação dos professores tendo como objetivo, dentre outras questões, as abordagens referentes à Educação das Relações Étnico-Raciais, pois os discentes de todo o território brasileiro, de todas as etnias têm direito ao conhecimento da diversidade, fertilidade e contribuições das culturas negro-africanas, todos possuem esse direito (RIBEIRO, 2002, p.36.),

Nas universidades brasileiras, procure nos departamentos as disciplinas que informam sobre a África. Que silêncio lamentável é esse, que torna invisível parte tão importante da construção histórica e social de nosso povo, e de nós mesmos? (RIBEIRO, 2002, p. 150).

Entender todas essas peculiaridades/complexidades são tarefas dos profissionais envolvidos com educação, configurando-se, portanto, como um dos papéis de uma escola que se quer cidadã e, por isso mesmo, não pode deixar de incluir a questão étnico-racial no seu currículo e na sua prática (GOMES, 2001, p. 89). Durante muitas décadas, professores foram formados através de uma visão extremamente eurocêntrica. Essa suposta neutralidade imposta através de sua formação fez com que valores básicos da formação da sociedade brasileira fossem ignorados.

A valorização de um currículo eurocêntrico, que privilegiou a cultura branca, masculina e cristã menosprezou as demais culturas dentro de sua composição do currículo e das atividades do cotidiano escolar. Às culturas não brancas foram relegadas a uma inferioridade imposta no interior da

escola, concomitantemente, a esses povos foi determinado pertencer às classes sociais inferiores da sociedade. (DIAS, 2005, p. 6).

Focando na organização e análises dos conteúdos abordados nas diferentes áreas de conhecimento, em especial, nas disciplinas de história e geografia, constatamos que a escolha de conteúdos para ser trabalhado anualmente, é organizado através das disposições das diversas Diretrizes Curriculares Nacionais, Estaduais ou Municipais, dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), entre outros documentos. Esses materiais, basicamente, são normatizações de alguns aspectos fundamentais concernentes a cada disciplina. As Diretrizes Curriculares de História, por exemplo, segundo os PCN's se organizam em três conteúdos estruturantes, entendidos como conhecimentos que aproximam e organizam os campos da história e seus objetos. Para a inserção de conhecimentos relacionados às relações étnico-raciais, devemos analisar os seguintes conteúdos: Relações de trabalho; Relações de poder; e Relações culturais.

Através destes conteúdos estruturantes o professor deve discorrer acerca dos problemas contemporâneos que representam demandas sociais concretas, alguns deles, inclusive, foram estabelecidos em lei, tais como a inclusão das temáticas de História e Cultura Afro-Brasileira e da História do Paraná (p. 33).

Esta forma de organização dos conteúdos permite a inclusão da história e cultura africana e afro-brasileira. Já a partir da análise das Diretrizes Curriculares de Geografia (SEED-PR), observamos que se constituem enquanto conteúdos estruturantes: As diversas dimensões do espaço geográfico: dimensão política, dimensão socioambiental e a dimensão cultural, na perspectiva da Geografia Crítica. A nosso ver, tal abordagem também permite, se houver interesse por parte do professor, incluir de forma mais sistemática a questão das relações étnico-raciais. Especificamente, no tratamento da metodologia, há referência à Lei 10639/03. O professor de geografia deve estar atento à Lei nº 10639/03, mas será que está realmente contextualizando esses conteúdos? Sabemos que é obrigatório abordar conteúdos que envolvam a história e cultura afro-brasileira e africana, os quais precisam ser vistos nos diferentes anos do Ensino Fundamental e Médio e relacionados aos conteúdos estruturantes de forma contextualizada.

O trabalho pedagógico com esta temática pode ser feito, por exemplo, por meio de mapas, maquetes, textos, imagens, fotos que tragam conhecimentos específicos tais como: a composição da população brasileira e miscigenação dos povos; a distribuição espacial da população afrodescendente no Brasil e

no mundo; as contribuições do negro na construção cultural da nação brasileira; as migrações do povo africano no tempo e no espaço; o trabalho e renda dos afrodescendentes; a configuração espacial do continente africano (PARANÁ, 2004, p. 48).

Com a implementação da Lei 10.639/03, mudanças significativas foram observadas no cotidiano de muitas escolas, tais como projetos voltados para a temática, inclusão do tema nos planejamentos e consciência por parte da comunidade escolar. No entanto, não se pode afirmar que com mais de 10 (dez) anos de Lei todas as mudanças ocorreram. Tendo isso em vista, considera-se fundamental o papel do gestor escolar para que ocorram ações contínuas e significativas no que diz respeito à temática.

Seguindo as DCN's ERER, Silva (s/d) afirma que os diretores das escolas devem estar concentrados em desenvolver trabalhos voltados para educar-se aos direitos humanos, considerando a consciência do coletivo, o respeito aos próprios direitos humanos, conseqüentemente o respeito “às diversidades culturais, étnicas, fenotípicas/genotípicas, gêneros, entre outras” (p. 45). Ou seja, devem estar atentos a essas relações que são estabelecidas nas escolas, pois são nestas que o cidadão se configura como tal, a partir de um processo de construção da vida social.

Portanto, é importante que se desenvolvam ações nas escolas para que se ensine aos alunos a o (re) conhecimento e o respeito à diversidade étnico-racial e cultural presentes não somente na escola, mas em toda a sociedade. Para Silva (s/d),

Os gestores que instituem essa política administrativa e curricular, acreditamos ser aqueles aptos a desenvolver em suas instituições, projetos que visam conhecer a comunidade que a cerca, respeitando e valorizando as peculiaridades socioculturais dessa comunidade. (p.46).

Ao que se estabelece na ideia da autora, pode-se notar que os gestores são aqueles responsáveis por inserir a própria comunidade escolar, incentivando os alunos a valorizar e respeitar tudo aquilo que pertence a essa. Os mesmos devem sempre orientar toda a equipe administrativo-pedagógica a praticar ações que levem ao real respeito à diversidade. Sob esta perspectiva, procurou-se através de uma entrevista identificar quais são as ações da gestão, bem como de toda equipe pedagógica frente ao ensino de história e cultura africana e afro-brasileira e as relações étnico-raciais na escola em que lecionam, para que assim possa-se verificar se a gestão vem contemplando tais questões.

## **CAPÍTULO II – GESTÃO ESCOLAR E ERER**

Neste capítulo serão abordadas reflexões sobre o papel do gestor frente à aplicabilidade e a análise da Lei nº. 10.639/03, de 09 de janeiro de 2003, bem como as perspectivas abertas pela lei no que se refere ao ensino de história e cultura africana e afro-brasileira. Busca-se nesta pequena discussão uma fundamentação que demonstre o contexto de toda a escola, onde todos os funcionários e contribuintes da instituição devem vivenciar e aplicar a lei. Também neste capítulo será abordado referências e teorias sobre as funções do gestor frente à organização do trabalho pedagógico e quais são as limitações e possibilidades diante às mudanças e lutas de diversos setores da sociedade, em prol de uma educação de qualidade.

### **2.1 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO E CULTURA ORGANIZACIONAL**

Partindo de uma perspectiva que a aplicação da lei 10639/03 trouxe a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana tornando-se importante na quebra de silenciamentos perante as relações raciais no Brasil, para termos um trabalho lícito, para que haja cumprimento da lei, toda a instituição escolar deve respirar a atmosfera da Lei.

A partir dessa percepção a gestão escolar vem sendo questionada diante de novos saberes que envolvem o respeito à diversidade e as transformações capitalistas que caracterizam o cenário mundial. Surgem novos paradigmas econômicos, produtivos, científicos e tecnológicos, que refletem nos sistemas de ensino e nas escolas, com destaque para o processo de globalização da sociedade, desenvolvimento sustentável, mudanças na ciência e nos processos de construção do conhecimento (LIBÂNEO, 2008, p. 46).

Por outro lado, a gestão escolar necessita atentar-se e comprometer-se com a ampliação dos novos objetivos da escola, frente aos novos paradigmas e seus respectivos movimentos políticos e sociais. Nesse bojo, está a gestão, a qual também precisa agregar no seu rol de responsabilidades aspectos referentes à diversidade e a Lei 10.639/2003, que embora contraditoriamente conceba os interesses do Estado, representa, também, a possibilidade de requalificar o espaço escolar com possibilidades de respeito à diversidade.

Desse modo, a concepção de gestão escolar sob a premissa do respeito à diversidade afeta a organização do trabalho pedagógico, de modo que as pessoas devem estar preparadas para vivências baseadas em novas construções sociais. Por isso, é fundamental o acolhimento da diversidade, ou seja, o reconhecimento dos sujeitos com suas individualidades, portadores de sua história e cultura (LIBÂNEO, 2008, p. 60). Quando se fala em organização do trabalho pedagógico pode-se remeter a uma ideia voltada unicamente às funções do pedagogo e direção de uma escola, porém, sabe-se que esta organização vai além das funções exercidas por estes profissionais, envolvendo toda a comunidade escolar. Perante a isso, pautando-se em autores, procurou-se definir no que consiste a organização do trabalho pedagógico.

Na perspectiva de Libâneo (2001), a organização da escola adquire um significado muito mais amplo, que vai além de referir-se apenas a questões administrativas e burocráticas. Sendo elas entendidas como práticas educativas, pois como afirma o autor: “passam valores, atitudes, modos de agir, influenciando as aprendizagens dos professores e alunos. Neste sentido, todas as pessoas que trabalham na escola participam de tarefas educativas” (p. 31).

Seguindo as contribuições do autor, é possível perceber que o mesmo aponta que a organização de uma escola não se restringe apenas nas questões administrativas da mesma, mas sim, envolve todo o seu cotidiano, bem como todos os profissionais que atuam na escola e as relações estabelecidas nesta.

Teixeira (2002) aponta que a,

(...) escola é uma organização que busca a aprendizagem e o desenvolvimento do aluno. Se a questão da aprendizagem é básica para a existência de qualquer tipo de organização, na escola ela se torna fundamento e razão de ser da própria instituição. (p.44).

A organização é fundamental para uma instituição escolar na visão da autora, uma vez que a escola deve sempre buscar a aprendizagem do aluno, sendo esta de grande relevância para que exista organização. Dá-se entender, desta forma, que, organização escolar e processo de aprendizagem estão intimamente interligados.

Existem características organizacionais na escola que são determinantes no seu desenvolvimento e para o nível de aproveitamento dos alunos. Essas características, para Libâneo (2001) consistem em: “estilo de direção, o grau de responsabilidade dos seus profissionais, a liderança organizacional compartilhada, a participação coletiva, o currículo, a estabilidade profissional, o nível de preparo



profissional dos professores, etc.” (p.32). Algumas dessas características apontadas por Libâneo (2001) são abordadas no decorrer deste artigo, demonstrando que as mesmas são fundamentais para que ocorra a organização do trabalho pedagógico.

Porém, existe outra característica que o autor coloca como sumamente relevante para as práticas de gestão, que é a cultura organizacional ou cultura da escola, que para ele, consiste em “compreender a escola como um lugar de construção e reconstrução da cultura, não apenas da cultura científica, mas a cultura social, a cultura das mídias, cultura dos alunos, cultura da escola”. (LIBÂNEO, 2001, p.32).

Portanto surge uma dúvida, que é apontada também pelo referido autor: Será que existe alguma relação entre a organização de uma escola e cultura organizacional? A resposta apontada pelo mesmo é que sim, pois a cultura da escola é basicamente um modo coletivo de agir, conviver e pensar de uma determinada sociedade, o que define a cultura própria de cada escola. Cabe desta forma, à gestão da escola perceber que,

Por de trás do estilo e das práticas de organização e gestão está a cultura organizacional, ou seja, há uma dimensão cultural que caracteriza cada escola, para além das prescrições administrativas e das rotinas burocráticas. Portanto, para compreendermos as mútuas interferências entre organização da escola e a organização da sala de aula, é preciso considerarmos, conjuntamente, dois aspectos: a dinâmica organizacional já existente e a cultura da organização escolar, própria de cada escola. (LIBÂNEO, 2001, p. 34).

Sob a perspectiva do autor, a relação entre a organização da escola e a cultura organizacional existe, e cabe à administração da escola fazer esta relação, levando em conta a cultura organizacional já existente em cada escola. Pois, para se realizar a organização de todo o trabalho pedagógico, deve-se levar em consideração todos os aspectos culturais presentes em cada organização de ensino.

No que diz respeito à organização da escola e participação de todos os membros da comunidade escolar, Bueno (2001) afirma,

Como espaço de convivência que favoreça o exercício da cidadania, a escola possui formas de organização, normas e procedimentos que não são meramente aspectos, formais de sua estrutura, mas se constituem nos mecanismos pelos quais podemos permitir e incentivar ou, ao contrário, inibir e restringir as formas de participação de todos os membros da comunidade escolar. Nesse sentido, uma escola que pretende atingir, de forma gradativa e consistente, crescente índice de democratização de suas relações institucionais não pode deixar de considerar, como parte integrante de seu projeto, o compromisso de participação. (p.6).

É possível notar, através da fala de Bueno (2001), que cabe à organização da escola (neste caso, a organização pedagógica), definir quais serão os mecanismos utilizados pela instituição de ensino, para contarem, ou não, com a participação de toda a comunidade escolar. Para o autor, uma escola que pretende atingir índices de democratização, deve fundamentalmente inserir em seu projeto, a participação dos membros da comunidade escolar, obtendo desta forma, uma gestão democrática.

Nessa direção, é necessário compreender que a escola, sendo direcionada por toda uma equipe, tem papel fundamental em estabelecer relações com a cultura social, ou seja, a cultura trazida pelos alunos e comunidade escolar. Frente a isso, as relações étnico-raciais se estabelecem, pois, a presença destas é evidente nas escolas, e neste caso, cabe à gestão escolar com toda sua equipe estabelecer estas relações com toda a cultura organizacional que envolve a escola. A problemática das relações raciais com suas interfaces deve ser abordada nas unidades educativas, pois segundo Alves (2012),

O espaço escolar é uma discussão recorrente, segundo principalmente na última década, a partir da concepção da escola pública como um espaço democrático, que promova a superação do processo de exclusão vivenciada em especial pela população negra (ALVES, 2012, p. 4).

Ainda pensando uma perspectiva de que as relações étnico-raciais devem ser algo de responsabilidade de todos os profissionais da educação e da escola, Gonçalves (2000) aponta que a construção de uma escola inclusiva com garantias de acesso para todos, não significa necessariamente a promoção da igualdade racial e uma trajetória de sucesso e permanência dos estudantes negros.

Infelizmente, muitas vezes, dentro do próprio espaço escolar entre contribuintes e funcionários ocorre o preconceito ou reprodução de estereótipos de superioridade de etnias, segundo (Alves 2012),

A escola, que em nome de uma suposta igualdade reproduz as desigualdades reflete um processo de construção histórico-ideológico, que camufla e nega o racismo institucional. Tal negação dificulta a identificação da existência do preconceito racial nas relações cotidianas no espaço escolar, gerando seu silenciamento e naturalização, bem como favorecendo a reprodução e manutenção do pensamento racista no seu interior, conforme estudos que comprovam como rotineira a ocorrência de atitudes e posturas com conotações de preconceito racial. Consequentemente, uma mudança promissora parte do reconhecimento do paradigma da diversidade e novas relações étnico-raciais que apontem para possibilidades de identificar o racismo e suas diversas manifestações dentro das instituições educacionais,

priorizando a ação da gestão escolar e a participação de todos os segmentos. (ALVES, 2012, p.5).

Cabe aos gestores escolares o papel de implementadores da ação do Estado, através da efetivação das políticas públicas no âmbito escolar, mas enquanto articuladores políticos devem estar atentos às mudanças e às armadilhas desse processo. A partir da fala de Alves (2012) é fundamental pensar acerca dos fundamentos da formação do gestor, que perpassam pelo respeito à relação de democracia participativa e a novos paradigmas como a diversidade racial, em especial. O gestor escolar na,

Sua atuação como articulador (a) da estrutura pedagógica, administrativa, financeira, democrática, relacional, cultural e política no contexto escolar pode interferir positiva ou negativamente na construção de novos valores que visem à construção de uma escola com qualidade social direcionada à igualdade racial. Na construção de um novo caminhar, destaca-se a formação dos aprendentes cidadãos (ãs) e educadores (as) na expectativa de uma convivência harmônica com a diversidade e o combate ao racismo, velado ou camuflado, ainda existente no cotidiano escolar. Diante de novos paradigmas, o Brasil adentra no século XXI com grandes desigualdades entre brancos e negros principalmente no acesso ao sistema educacional, o processo de universalização da educação básica não revelou mudanças significativas no processo de inclusão e permanência da população negra (ALVES, 2012, p.5)

Ainda segundo Alves (2012), foram impostas ao Estado novas decisões e a criação de instrumentos que garantissem não apenas o ingresso dos negros e afrodescendentes na escola, mas, também, a valorização da diversidade étnico-racial. Essas formas se articulam e, muitas vezes, se explicitam através do trato social, olhares e brincadeiras, simultaneamente, carregados de conceitos pré-estabelecidos.

É válido ressaltar que a gestão tem imensa responsabilidade em relação às outras demandas, por exemplo, as pesquisas científicas, as conquistas políticas e outras mais, pois o gestor tem que concentrar seu olhar em três direções, pensando nessa questão afirma Buss (2008) que,

A Gestão pedagógica é a ação mais importante, institui objetivos para o ensino-aprendizagem, propõe metas para a concretização das propostas pedagógicas e sua avaliação. O articulador é o Gestor Escolar. Gestão de Recursos humanos: Gestão de pessoas: alunos, professores, comunidade escolar em geral. Gestão Administrativa: zela pela parte física da escola, burocrática da instituição, direitos e deveres de todos os agentes da unidade e cumprimento do regimento interno escolar. (BUSS, 2008, p. 23).

Nessa mesma perspectiva temos também a associação que a concepção democrático-participativa mostra, sendo a necessidade de pronunciar as relações humanas e o conhecimento das decisões dado de acordo com os objetivos da escola,

valorizando assim, a direção, organização, o planejamento, e a avaliação, pondo em prática as decisões a serem tomadas, para obter melhores condições para o processo de ensino e aprendizagem.

Todos que trabalham na organização escolar exercem um papel educativo, a equipe docente, administrativa, os demais funcionários todos contribuem para alcançar a missão da escola que é formar os alunos, considerando os aspectos cognitivos, físicos e emocionais. Nessa perspectiva de prática de gestão Libâneo; Oliveira; Toschi (2007) mencionam que,

É preciso estar claro que a melhora das práticas de gestão, a participação dos professores e os processos democráticos somente tem sentido se estiverem diretamente associados à melhoria das metodologias do ensino e aprendizagem. Deve-se apostar nisso, pois é esse o fator de maior relevância e eficácia na produção de maior qualidade de ensino. (p.304)

Segundo Soares (2011), para que ocorra a gestão democrática no ambiente escolar, é necessário o envolvimento de todos os membros da escola, sendo, pais, professores, pedagogos, diretores.

Verifica-se que o monitoramento e avaliação em educação, embora se constituam em processos essenciais da sua gestão, não são práticas comuns em escolas e apenas recentemente estão sendo adotados como práticas na gestão de sistemas de ensino. Aliás, estranhamente, apesar de seu caráter de “*feedback*” necessário ao trabalho educacional, a referência à sua possível instituição nas escolas provoca entre seus profissionais fortes reações e até mesmo resistência. (LUCK, 2009, p.45).

Nessa perspectiva pode-se citar, como exemplo, a construção do Projeto Político Pedagógico (PPP), que em uma visão democrática deve ser construído coletivamente, com a participação dos membros da comunidade escolar, porém para que isto ocorra, é necessária à conscientização de que a gestão democrática possibilita e fortalece o poder de controle e fiscalização da sociedade, referente ao dever do Estado em relação à Educação. Partindo desse documento a educação das relações étnico-raciais deve estar inserida, pautada na lei 10639/03, no Monitoramento de Processos Educacionais e Avaliação Institucional e o gestor tem que mediar o processo de avaliação de toda a escola, podendo assim conquistar confiança de todos. Aplicando de forma contínua para poder almejar a qualidade de ensino, o gestor tem que atuar como um mediador atuante em todos os espaços da escola. Tendo como foco o público alvo - os alunos.

## **2.2 PESQUISA DE CAMPO**

A pesquisa foi realizada em uma escola da rede municipal de ensino de Pinhais/PR, chamada Escola Municipal Clementina Cruz, localizada na vila Tarumã, próximo ao centro da cidade. A escolha foi aleatória, o objetivo foi selecionar um espaço sem conhecimento prévio, com intuito de não haver previsibilidade nos resultados. Também foram escolhidas aleatoriamente três professoras e a gestora da escola para responder a pesquisa sobre aplicabilidade da lei 10639/03 e as contribuições da gestão escolar e a OTP. Para maior detalhamento das indagações que foram realizadas vide os anexos II e III com os instrumentos de pesquisa na íntegra.

### **2.2.1 ANÁLISE DOS DADOS OBTIDOS – PROFESSORAS**

Em acordo com que vimos expondo ao longo da presente monografia, este estudo teve por intencionalidade saber quais são as características da Organização do Trabalho Pedagógico de uma determinada escola, bem como se esta, juntamente com a Gestão Escolar tem atuado de maneira significativa quando se aborda a temática: Relações Étnico-Raciais e Diversidade Cultural na escola. Para tanto, conforme explicitamos anteriormente, esta pesquisa (APÊNDICE I) fora realizada em 01 (uma) escola da rede pública de Pinhais/PR, com 03 (três) professores e uma gestora.

A seguir apresentamos a caracterização das participantes da pesquisa:

<b>PROFESSOR (A)</b>	<b>IDADE</b>	<b>TEMPO QUE ATUA COMO DOCENTE</b>	<b>TEMPO QUE ATUA NA ESCOLA</b>	<b>FORMAÇÃO</b>
1- Negra	35 a 45 anos	Mais de 16 anos	De 6 a 10 anos	Graduação em Pedagogia e especialização em Educação Ambiental
2- Branca	35 a 45 anos	Mais de 16 anos	De 6 a 10 anos	Graduação em pedagogia, especialização e mestrado, não identificou em que área.
3- Branca	Mais de 46 anos	Entre 5 a 10 anos	De 6 a 10 anos	Graduação em pedagogia e especialização em Ensino da Matemática

QUADRO 01: IDADE, TEMPO QUE ATUA COMO DOCENTE, TEMPO QUE ATUA NA ESCOLA E FORMAÇÃO.

FONTE: Dados coletados na pesquisa.

Através das informações obtidas é possível perceber que as professoras 01 (um) e 02 (dois) possuem faixa etária entre 35 e 45 anos de idade, possuindo as mesmas mais de 16 anos como docentes, encontrando-se na escola que atuam entre 6 a 10 anos. Já, a professora 03 (três) possui mais de 46 anos, porém seu tempo como docente é um pouco mais curto que as demais, possuindo entre 5 a 10 anos, e na escola que atua entre 6 a 10 anos, presume-se que a mesma leciona nesta escola desde o início de sua atuação como professora.

Tendo em vista a formação das professoras entrevistadas, pode-se notar que todas possuem graduação em pedagogia e especialização, se tratando da professora 02, a mesma foi um pouco mais além e buscou o mestrado. Quanto à formação inicial e a busca por novas formações, Romanowski (2007) aponta que a formação docente ocorre em *continuum*, iniciada pela escolarização básica, complementada pelos cursos de formação inicial, continuando ao longo da carreira do professor pela reflexão constante sobre a prática, continuidade dos estudos em cursos, programas e projetos.

Ao analisar o quadro I, pode-se considerar que as professoras desta escola não buscaram apenas a formação inicial como docente, especializando-se em algumas outras áreas. O que é considerado fundamental para prática docente, pois o professor deve estar em constante reflexão sobre sua prática, sempre buscando novos cursos e programas de capacitação para o profissional docente.

No entanto, quando a temática se trata das relações étnico-raciais, história e cultura africana, afro-brasileira e diversidade cultural, nota-se que nenhuma das professoras entrevistadas apresentaram cursos de especialização sobre o assunto, o que já de início evidencia a ausência de formação voltada para educação das relações étnico-raciais e diversidade cultural, podendo ser apontada como uma das justificativas para muitas vezes os professores apresentarem dificuldades com a temática.

Considerando que as professoras entrevistadas não possuem formação voltada para a temática, procurou-se saber se são ofertados cursos e oportunidades de formação continuada, tanto pela prefeitura quanto pela própria escola (neste caso a Gestão escolar tem papel fundamental), que possuam como tema a Diversidade Cultural, Ensino de história e cultura africana e afro-brasileira e as Relações Étnico-Raciais. Obtivemos as seguintes respostas:

**Professora 1** - Sim, neste ano a temática da semana pedagógica foi voltada para a Diversidade, mas confesso que foi algo de 2 (dois) dias e muito superficial.

**Professora 2** - A escola nunca oportuniza formações continuadas, o município ocasionalmente.

**Professora 3**- Atualmente a única formação continuada é oferecida pelo governo federal, o PNAIC<sup>2</sup>- Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa, nada voltado exclusivamente para esta temática, infelizmente. (Entrevistas realizadas no dia 27/07/2015).

Nota-se que entre as professoras entrevistadas há um contraste de respostas, no que diz respeito à formação continuada. Como afirma Romanowski (2007), existem problemas e dificuldades que impedem a realização de formação continuada para os professores, sendo esses: falta de verba, dificuldade de liberação dos professores, falta de local, horários incompatíveis, falta de estrutura, desmotivação dos professores, entre outros. Considera-se que, ao comparar as respostas dadas pelas

---

<sup>2</sup> O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) é um compromisso formal assumido pelos governos federal, do Distrito Federal, dos estados e municípios de assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental. (Disponível em: <http://pacto.mec.gov.br/component/content/article/2-uncategorised/53-entendendo-o-pacto>)

professoras, muitas vezes existem vários agravantes que fazem com que as mesmas não busquem, ou até mesmo, não sejam possibilitadas de realizar cursos de formação continuada. Entretanto, estudos apontam que ocorrem casos de falta de interesse e o acomodamento dos professores, uma vez que o fato de estarem concursados os garante uma estabilidade profissional, fazendo com que não busquem mais formação e atualização de seus conhecimentos, por mais que tenham oportunidades.

Outro questionamento realizado foi sobre quais são as dificuldades encontradas nas ações realizadas pela OTP da escola, e principalmente, pela Gestão Escolar em relação ao tema abordado. Sobre esse assunto recebemos as seguintes respostas.

**Professora 1** - A falta de apoio por parte do apoio pedagógico, o pouco tempo de permanência (hora atividade) e também a falta de materiais didáticos disponíveis sobre a temática. Quanto à Gestão, não sei de ações ou projetos na escola que são incentivados pela mesma, muito menos voltados para a Diversidade Cultural na Escola.

**Professora 2** - São várias as dificuldades encontradas na escola quando nos deparamos com a realidade cotidiana, como a falta de professores, falta de comprometimento de alguns profissionais, falta de espaços, turmas lotadas, entre outras. A falta de ações para esta temática é presente na escola, a gestão não incentiva.

**Professora 3** - Para mim, essa organização se dá em tudo que está na escola, desde o administrativo até a nós professores, cabe a nós auxiliarmos nessa organização, realizando bem a nossa função. São variadas as dificuldades, não sei se incentivo da Gestão, mas não se pode esperar tudo de mãos abanando, nós professores devemos ir atrás. (Entrevistas realizadas no dia 27/07/2015)

É possível notar que as três respostas obtidas na entrevista, apontam que existem dificuldades em relação à OTP e a ação da Gestão Escolar frente à temática abordada. Tendo em vista o que aponta a Professora 03, a Organização da escola e a Gestão Escolar envolvem tudo o que está na escola, sobre esse assunto, Libâneo (2001) nos aponta que “a organização da escola adquire um significado muito mais amplo, que vai além de referir-se apenas a questões administrativas e burocráticas”, ou seja, envolve tudo o que se passa na escola.

Nota-se que o principal problema enfrentado, é a falta de ações advindas da gestão e equipe pedagógica no que diz respeito às Relações Étnico-Raciais e a Diversidade Cultural. Sendo assim, pode-se observar que, de acordo com as entrevistadas, foi ofertada uma mínima quantidade de cursos de formação e a ausência de projetos desenvolvidos na escola sobre esta temática. O que se destaca é a resposta da Professora 03, quando a mesma afirma que “não se pode esperar



tudo de mãos abanando”, o que é evidente ocorrendo muitas vezes por parte dos professores. Tendo em vista tal situação é interessante que haja a ação da Gestão, no entanto, o corpo Docente deve fazer a sua parte.

### **2.2.2 ANÁLISE DOS DADOS OBTIDOS – GESTORA ESCOLAR**

A gestora entrevistada possui entre 35 a 45 anos, tem entre 06 a 10 anos de tempo atuando como gestora e de 11 a 15 anos atuando como professora. Perante as categorias utilizadas no censo do IBGE ela se autodeclarou branca. A mesma é formada em Pedagogia, com especialização em Gestão Escolar.

Ao ser indagada sobre a sua função e sua atuação como gestora escolar no sentido de contribuir para aplicabilidade da lei 10639/03 a gestora respondeu da seguinte forma,

Contribuo incentivando toda minha equipe a se respeitarem cotidianamente, darem bons exemplos e aos professores, trabalharem isso no dia a dia escolar. (Entrevista realizada no dia 27/07/2015).

A partir da fala de Libâneo (2001) por de trás do estilo e das práticas de organização e gestão está a cultura organizacional, ou seja, há uma dimensão cultural que caracteriza cada escola, para além das prescrições administrativas e das rotinas burocráticas, bons exemplos e incentivos fazem parte do dia a dia para respeito a diversidade. Ao ser questionada sobre a forma que a equipe diretiva e pedagógica se articula com o corpo docente, de modo a trabalhar a Diversidade Cultural e as Relações Étnico-Raciais na instituição escolar, obtivemos a seguinte contextualização,

Sim, se é lei temos que cumprir, as orientadoras pedagógicas constantemente avaliam e orientam os planejamentos de aulas dos professores para se enquadrarem na lei 10639/03. (Entrevista realizada no dia 27/07/2015).

Percebeu-se com essa abordagem a relação com discussão de Gonçalves (2010), a qual coloca que é preciso que a lei seja efetivamente implementada, e que sejam definidos os conteúdos a serem trabalhados pelos professores. Porém, de acordo com Munanga, se não fosse a força legislativa, ninguém se mobilizaria para discutir a questão.

Já nos encaminhando para o final da entrevista ao ser questionada sobre as dificuldades encontradas na OTP e na Gestão Escolar quando se remete ao tema Diversidade Cultural e Relações Étnico-Raciais na escola a gestora nos expôs a seguinte resposta:

Na minha opinião faltam cursos e incentivos pois não somos preparados na faculdade como deveríamos, no ano de 2011, houve em Pinhais o Fórum de educação e diversidade Étnico Racial, onde tivemos a oportunidade de se capacitar, desde então não tivemos mais nenhuma forma de interagir, aprender (...). Ainda falta muito. . (Entrevista realizada no dia 27/07/2015).

Analisando as respostas citadas pela gestora, é possível realizar conexões com a fala de Lemos (2013), a qual retrata que a aplicação da lei 10639/03 é lenta e gradativa e faltam, principalmente, incentivos governamentais, cursos, fóruns, capacitações para todos os envolvidos com a educação. A educação básica que é o alicerce da educação, infelizmente, não foge desta realidade,

Passados 10 anos da Lei 10.639/03, e o país ainda caminha a passos lentos quanto aos avanços e limites das práticas pedagógicas referentes à educação étnico-racial na educação básica. A nível nacional foi realizada uma pesquisa em 2010 em 890 escolas públicas, divididas em 42 regiões geográficas, sendo que apenas uma instituição de educação infantil foi analisada. Tal pesquisa teve por objetivo avaliar qualitativamente as práticas pedagógicas voltadas para a implementação da Lei 10.639/03. Com isso, a pesquisa avaliou as instituições educacionais a partir de 5 dimensões: a) sustentabilidade das práticas pedagógicas; b) Estrutura física e aparência da escola; c) Envolvimento da gestão e do coletivo; d) Formação continuada e material de apoio e; e) Avanços e limites do trabalho. O resultado dessa pesquisa abriu espaço para a discussão quanto às práticas pedagógicas dentro da educação infantil. (LEMOS, 2013, p.03).

Para finalizar, constatamos na visita de campo que a estrutura na escola municipal analisada não permite aos gestores a adoção de um compromisso mais efetivo com a gestão para a diversidade. Tive dificuldade de conversar com a gestora, pois segundo ela, as coisas estavam “muito corridas” as diversas tarefas acabam inibindo seu maior envolvimento em diversas atividades em virtude das cobranças institucionais. Minha reflexão final, é que a pesquisa aponta para uma grande necessidade de reestruturação dos moldes atuais da educação brasileira, adotando como prioridade a construção de uma gestão para diversidade, comprometida e preocupada com as relações étnico raciais, visando a igualdade racial, o respeito as diversas culturas e religiões e o combate ao racismo institucional, bem como a aplicação dos recursos necessários para efetivação das políticas públicas

direcionadas à promoção da igualdade racial para reversão do contexto das desigualdades que, hoje, caracteriza a sociedade brasileira.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É incontestável a enorme contribuição que os africanos têm no desenvolvimento da sociedade brasileira. No entanto, se passaram 515 anos e grande parcela da população negra ainda não vêm ocupando seu espaço de direito em nossa sociedade. Somos todos brasileiros e da raça humana, mas que a cor da pele ainda nos separa da igualdade. As tensões geradas pelas discussões em relação à temática étnica racial, mobilizou o mundo todo a adotar políticas de valorização da cultura negra sendo a escola o local eleito para promover a desconstrução do preconceito e racismo. Assim sendo, a escola passou a repensar seu papel como formadora de identidade, e tem na educação infantil a responsabilidade de formar cidadãos com valores humanos, costumes e princípios éticos capazes de superar a cegueira cultural que impediu o povo brasileiro de reconhecer a sua ancestralidade africana. Com a homologação da Lei 10.639/03 e suas Diretrizes, a escola ganhou um amparo legal para iniciar e organizar as discussões em relação a essa temática. No entanto, os avanços ainda são lentos, pois os investimentos na formação do professor, principal agente de transformação, ainda são limitados.

Considera-se que, a Organização do Trabalho Pedagógico tem total influência no processo de ensino aprendizagem, uma vez que a mesma, como citado por autores anteriormente, envolve todos os processos que compõem uma escola, desde o administrativo com questões burocráticas, até o pedagógico.

Tendo em vista esta definição da OTP juntamente com a ação da Gestão Escolar para a realização de ações voltadas para o tema: Relações Étnico-Raciais e Diversidade Cultural nas Escolas, é possível concluir que tudo que engloba a escola tem papel fundamental na aprendizagem do aluno e que cabe à essas instituições desenvolverem ações para promover o respeito à diversidade étnico-racial dentro da escola e sociedade.

Para que ocorram ações em coletivo na escola que se voltem para a educação das Relações Étnico-Raciais, é necessário que se tenha uma Gestão que permita a ação de todos os funcionários da escola e que juntamente promova esses momentos, devendo a mesma ser democrática. Nessa perspectiva a gestão norteia como será a OTP, sendo de grande importância que a gestão seja democrática, caracterizando-se pela coletividade, ou seja, as decisões são tomadas a partir de discussões entre todos os envolvidos da escola, um elemento importante à ser destacado para que haja a

democracia no âmbito escolar, é a autonomia da escola e dos profissionais que nela estão inseridos, que conforme os autores citados ao longo da monografia, trata-se de algo que é construído dia a dia, com conversas, responsabilidade, competência, comprometimento, entre outras ações.

Ou seja, para que haja projetos e ações que promovam a temática, é preciso que a Gestão Escolar possibilite momentos de decisão coletiva que conte com a participação dos profissionais da escola, comunidade escolar e até mesmo os alunos, desta forma permitindo que cada um se comprometa em realizar ações.

No que diz respeito às Relações Étnico-Raciais e Diversidade, devido a uma cultura inserida nas escolas, pouco se trata do tema, justificando sempre o porquê de não se inserir, motivos como: falta de formação (tanto inicial quanto contínua), falta de ações da Gestão Escolar, falta de material didático que aborde o tema, entre outros. Sendo assim, destacamos que cabe a Gestão o incentivo, porém, cabe também ao corpo docente a busca constante sobre, para que assim possa instigar seu próprio conhecimento, podendo transmiti-lo de forma consistente e dialogada com seus alunos.

A partir dos dados coletados na pesquisa, pudemos perceber que ainda existem professores (as) que nunca presenciaram uma solicitação ou orientação, por parte da gestão escolar e equipe pedagógica, para ser trabalhado conteúdos relacionados a educação das relações étnico raciais e diversidade em sala de aula.

Conclui-se por fim que toda a OTP da escola pode se organizar para que haja ações que promovam a Diversidade étnico-racial e acima de tudo o respeito às diferentes culturas. A gestão tem o papel fundamental de estar sempre a frente, possibilitando da melhor maneira possível a inserção de todos. Deve-se respeitar o que diz a Legislação, mas acima de tudo, conscientizar-se que dentro de uma escola é o espaço em que se encontra a maior possibilidade de diversas culturas, e que isso deve ser respeitado.

## REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **ORGULHO DA COR**, 2008. DISPONÍVEL EM <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/orgulho-da-cor>, ACESSO EM:20/07/2015.

ALVES, C. D.. **Gestão escolar e a implementação da Lei 10.639/2003 nas escolas municipais do Recife**: impasses e possibilidades, UFPE. 2012.

BONI, Valdete. QUARESMA, Silvia Jurema. **Aprendendo a entrevistar**: como fazer entrevista em ciências sociais – 2005. Disponível em: [http://www.emtese.ufsc.br/3\\_art5.pdf](http://www.emtese.ufsc.br/3_art5.pdf). Acesso em: 2 jun 2015.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil: **Subchefia para assuntos jurídicos. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**: estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Brasília**, 1996. Acessado em: 8 Jun. 2015.

BRASIL, Ministério da educação. **Lei nº. 10.639 de 09 de janeiro de 2003. Inclui a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira no currículo oficial da rede de ensino**. Diário Oficial da União, Brasília, 2003.

CAMILOTI, Lidianne. ZANG, Elizamar. **Um estudo sobre as cores e sua aplicabilidade em ambientes de creches infantis** - 2012. Disponível em: [editora.unoesc.edu.br/index.php/acsa/article/download/1493/pdf](http://editora.unoesc.edu.br/index.php/acsa/article/download/1493/pdf). Acesso em: 23 jun. 2015.

CHAUÍ, Marilena de Sousa. **Ideologia e educação e sociedade**, São Paulo: Cortez, ano II, n. 05, 1980.

CHIAVENATO, Idalberto. **Teoria geral da administração**: abordagens prescritivas e normativas da administração. 5. ed. São Paulo: Markron Books, 1997.

GÓIZ, Antonio. **O Brasil precisa de lei para ensinar a história do negro?** Folha de São Paulo 28 de Jan. 2003.

GOMES, Nilma Lino. **Educação e relações raciais**: refletindo sobre algumas estratégias de atuação. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). Superando o racismo na escola. 2. ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2003.

GOMES, Nilma Lino. Limites e possibilidades da implementação da Lei 10.639/03 no contexto das Políticas Públicas em educação. In: PAULA, Marilene de; HERINGER, Rosana (Orgs.). **Caminhos convergentes**: Estado e Sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, ActionAid, 2009.

GONÇALVES, Petronilha Beatriz; GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira. **Movimento negro e educação**. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n. 15, p. 134-158, set./dez. 2000. LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola: teoria e prática. 5. ed. Goiânia: Editora Alternativa, 2008.

GONÇALVES, Leonardo de Oliveira. **Lei Federal nº 1 de 0639/03: um desafio para a educação básica no Brasil**. Santos 2010. 132 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Católica de Santos, 2010.

GONÇALVES, Luciane Ribeiro Dias; SILVA, Maria Vieira da. **A questão do negro e políticas públicas de educação multicultural: avanços e limitações**. 28ª Reunião anual da ANPED, Caxambu, 2005.

HANCHARD, Michael George. Orfeu e o Poder: **O movimento negro no Rio de Janeiro e São Paulo (1945 -1988)**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001.

LIBÂNEO, José Carlos. **Os conceitos de organização, gestão, participação e de cultura organizacional**. 5ª edição. Goiânia. Alternativa, 2001.

LÜCK, Heloísa, **A Gestão participativa na escola**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MARÇAL, José Antonio. **Política de ação afirmativa na Universidade Federal do Paraná e a formação de intelectuais negros(as)**. Disponível em: [http://www.ppge.ufpr.br/teses/M11\\_Jos%C3%A9%20Antonio%20Mar%C3%A7al.pdf](http://www.ppge.ufpr.br/teses/M11_Jos%C3%A9%20Antonio%20Mar%C3%A7al.pdf). Acesso em: 23 abr 2015.

MELLO, Guiomar Mamo de. **O Brasil precisa de lei para ensinar história do negro?** Folha de S. Paulo, 28 Jan. 2014

PARANÁ. **Diretrizes Curriculares de Geografia para os anos finais do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio**. Curitiba: SEED, 2008. Disponível em: [http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/diaadia/diadia/arquivos/File/livro\\_e\\_diretrizes/diretrizes/diretrizesgeografia72008.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/diaadia/diadia/arquivos/File/livro_e_diretrizes/diretrizes/diretrizesgeografia72008.pdf)

PARANÁ. **Diretrizes Curriculares de História nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio**. Curitiba: SEED, 2008. Disponível em: [http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/diaadia/diadia/arquivos/File/livro\\_e\\_diretrizes/diretrizes/diretrizeshistoria72008.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/diaadia/diadia/arquivos/File/livro_e_diretrizes/diretrizes/diretrizeshistoria72008.pdf)

RIBEIRO, Romilda Iyakemi. **Até quando educaremos exclusivamente para a branquitude? Redes-de-significado na construção da identidade e da cidadania**. In: POTO, M R S, CATANI, A M, PRUDENTE, C L e GILIOLI, R S. Negro, educação e multiculturalismo: Editor Panorama, 2002.

SILVA, Paulo Vinícius Baptista da. **Racismo em Livros Didáticos. Estudo sobre negros e brancos em livros de Língua Portuguesa**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

TEIXEIRA, Lucia Helena Gonçalves. **Cultura Organizacional e Projeto de Mudança em Escolas Públicas**. São Paulo: Ed. Autores Associados, 2002.



## ANEXOS

### ANEXO I

Cronograma de Atividades:

<b>ATIVIDADES</b>	<b>Fev</b>	<b>Mar</b>	<b>Abr</b>	<b>Mai</b>	<b>Jun</b>	<b>Jul</b>	<b>Ago</b>	<b>Set</b>
Escolha do tema e do orientador								
Encontros com o orientador								
Pesquisa bibliográfica preliminar								
Leituras e elaboração referencial teórico.								
Elaboração do projeto								
Entrega do projeto de pesquisa								
Revisão bibliográfica complementar								
Coleta de dados complementares								
Redação da monografia								
Revisão e entrega oficial do trabalho								
Apresentação do trabalho em banca								

## ANEXO II

Questionário sobre a Organização do Trabalho Pedagógico e Gestão para ser aplicado ao professor:

### PERFIL DO PROFESSOR

Idade:	Tempo de atuação como docente:	Tempo na escola que atua:	De acordo com as categorias do IBGE, como você se autodeclara segundo raça/cor:
<input type="checkbox"/> 18 a 25 anos <input type="checkbox"/> 26 a 35 anos <input type="checkbox"/> 35 a 45 anos <input type="checkbox"/> Mais de 46 anos	<input type="checkbox"/> até 5 anos <input type="checkbox"/> De 5 a 10 anos <input type="checkbox"/> De 10 a 15 anos <input type="checkbox"/> Mais de 16 anos	<input type="checkbox"/> De 1 a 5 anos <input type="checkbox"/> De 6 a 10 anos <input type="checkbox"/> De 11 a 15 anos <input type="checkbox"/> Mais de 16 anos	<input type="checkbox"/> branca; <input type="checkbox"/> preta; <input type="checkbox"/> parda; <input type="checkbox"/> amarela; <input type="checkbox"/> indígena <input type="checkbox"/> sem declaração.  Sexo: <input type="checkbox"/> fem <input type="checkbox"/> masc

FORMAÇÃO	SIM	NÃO	EM QUE ÁREA
Magistérios nível médio			
Graduação			
Especialização			
Mestrado			
Doutorado			

## **FORMAÇÃO CONTINUADA SOBRE A TEMÁTICA**

A prefeitura ou a escola em que leciona oferece formação continuada?  
Existem cursos voltados para o tema: Diversidade Cultural e Relações Étnico-Raciais?

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

## **OTP**

### **E GESTÃO REALIZAM AÇÕES VOLTADAS PARA A TEMÁTICA**

Na sua opinião enquanto professor (a) quais são as dificuldades encontradas na OTP e na Gestão Escolar quando se remete ao tema Diversidade Cultural e Relações Étnico-Raciais na escola? Quais são as possibilidades ou avanços obtidos nos últimos anos no que se refere a temática?

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

### ANEXO III

Questionário sobre a Organização do Trabalho Pedagógico e Gestão frente as relações étnico raciais, para ser aplicado ao gestor de uma escola do município de Pinhais:

#### PERFIL DO GESTOR

<b>Idade:</b>	<b>Tempo de atuação como Gestor:</b>	<b>Tempo na escola que atua:</b>	<b>De acordo com as categorias do IBGE, como você se autodeclara segundo raça/cor:</b>
( ) 18 a 25 anos ( ) 26 a 35 anos ( ) 35 a 45 anos ( ) Mais de 46 anos	( ) até 5 anos ( ) De 5 a 10 anos ( ) De 10 a 15 anos ( ) Mais de 16 anos	( ) De 1 a 5 anos ( ) De 6 a 10 anos ( ) De 11 a 15 anos ( ) Mais de 16 anos	( ) branca; ( ) preta; ( ) parda; ( ) amarela; ( ) indígena ( ) sem declaração.  Sexo: ( ) fem ( ) masc

<b>FORMAÇÃO</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>EM QUE ÁREA</b>
Magistérios nível médio			
Graduação			
Especialização			
Mestrado			

Doutorado			
-----------	--	--	--

### FORMAÇÃO CONTINUADA SOBRE A TEMÁTICA

**PERGUNTA 01**-Em sua função, de que maneira, você como gestor escolar contribui para aplicabilidade da lei 10639/03?

---

---

---

---

---

---

---

**PERGUNTA 02**-De que forma a equipe diretiva e pedagógica articula com o corpo docente, de modo a trabalhar a Diversidade Cultural e as Relações Étnico-Raciais na instituição escolar?

---

---

---

### OTP E GESTÃO REALIZAM AÇÕES VOLTADAS PARA A TEMÁTICA

**PERGUNTA -03-** Na sua opinião enquanto gestor (a) quais são as dificuldades encontradas na OTP e na Gestão Escolar quando se remete ao tema Diversidade Cultural e Relações Étnico-Raciais na escola?

---

---

---

---